

1. O Programa do Movimento das Forças Armadas prevê, como condição primeira para a restauração da ordem democrática em Portugal e respectivas Colónias, o rigoroso saneamento das Instituições e da Administração Pública.
2. Na linha dessa orientação programática, após o 25 de Abril, deu-se início, quase de imediato, ao afastamento de todas as autoridades coloniais com funções governativas e escolhidas pelo regime deposto, já para se abrir o caminho a uma descolonização autêntica, já porque era nas colónias que o fascismo tinha as suas raízes mais profundas e encontrava mais apoio e encorajamento.
3. De resto, uma tal medida prioritária impunha-se como elementar defesa do próprio Movimento das Forças Armadas, sabido como é que a nomeação de um Governador ou Secretário-Geral para as Colónias obedecia a um rigoroso processo selectivo em que a Pide/DGS tinha papel preponderante e no termo do qual a escolha recaia em personalidades que oferecessem absoluta garantia de uma fidelidade militante à ideologia fascio-colonialista.

Não há memória de Salazar e Marcelo Caetano se haverem enganado nessa escolha vital para "a defesa da integridade territorial da Pátria".

4. O critério de selecção dos governantes coloniais era mais exigente e apertado, por razões óbvias, quando se tratasse de nomear demagógicamente um natural das Colónias e, sobretudo, um "homem de côr".

Esse tinha de ser passado pelo crivo da mais rigorosa fiscalização, todos os passos da sua vida desde da idade da razão tinham de ser analisados e todo o seu comportamento político minuciosamente avaliado por forma a obter-se prova segura de se estar em face de um fascista convicto.

Este é um facto que pertence ao domínio das verdades públicas e notórias, dispensando, portanto, quaisquer meios de prova.

5. Foi nesse contexto da vida política Portuguesa que o Eng^o Sérgio Duarte Fonseca, natural de Cabo Verde, foi nomeado Secretário-Geral do Governo da mesma Colónia por Portaria Ministerial, de 2 de Abril de 1974, quando exercia funções docentes em Angola, sendo então Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano e Ministré das Colónias, Baltasar Rebelo de Sousa, dois nomes que'só por si, definem um regime e revelam uma ideologia.

Sublinha-se, aliás, que Duarte Fonseca sucedia no cargo a Tito Lívio Feijóo, conhecido "negreiro", cuja cabeça se encontra a prêmio pela Justiça Revolucionária de Angola.

6. Por razões muito estranhas, que o tempo já vai trazendo à luz da consciência pública, e que, em todo o caso, representam uma vitória da reacção contra o movimento das Forças Armadas, o engenheiro Sérgio Fonseca é a única personalidade do regime fascista deposto com funções governativas a nível de colónia que ainda permanece intocada e intocável.

Mais ainda: ante um clamor geral de descontentamento, foi elevado, após o 25 de Abril, a categoria de Governador de Cabo Verde, concomitantemente com a ascensão das forças contrarrevolucionárias em Portugal que viria a culminar na malograda intentona de 27-28 de Setembro último.

7. Desde o seu discurso de posse, em que presta comovida homenagem ao general Silvino Marques ("Novo Jornal de Cabo Verde" 26-9-74) por "uma governação caracterizada por uma linha indiscutivelmente democrática" (nunca as cadeias da PIDE estiveram tão cheias como nessa época!), até ao momento presente, toda a actividade do actual governador de Cabo Verde tem sido orientada no sentido da consolidação das estruturas coloniais-fascistas.

E isto de tal forma que a imagem que dele tem o povo de Cabo Verde não é a de um governador mandatado pelo MFA, mas sim ~~um~~ político saudosista em busca desesperada de um partido impossível para travar o processo de descolonização das Ilhas de Cabo Verde.

8. Uma das primeiras actuações do governador Sérgio Fonseca foi tentar impedir a entrada no Arquipélago do Comandante Pedro Pires, natural destas ilhas e que chefiou a Delegação do PAIGC as conversações de Londres e de Argel com o Governo Português.

Se a decisão, em si, foi infeliz e revoltante, a forma de a executar foi supinamente vergonhosa e desprestigiante, pois o referido governador enviou a ilha do Sal um funcionário da Administração Civil com a missão de intimar verbalmente o Administrador do Concelho do Sal a impedir o desembarque no respectivo aeroporto do Comandante Pedro Pires.

A recusa triunfante de cumprimento daquela ordem ilegal - secreta e verbal - foi logo, perante a opinião pública, creditada a honestidade do referido Admi-

nistrador e debitada a cobardia moral do governador Sérgio Fonseca, que, desde esse dia, ficou totalmente desautorizado para continuar no exercício do seu cargo, em que vem sendo um peso morto, mesmo na opinião dos seus "amigos".

9. Mantendo estreitos e secretos contactos com o grupelho político denominado União Democrática de Cabo Verde, fundado apressadamente por alguns capitalistas após o 25 de Abril, não tem conseguido escapar a acusação pública de cumplicidade nas manobras desenvolvidas por esse mesmo grupelho para opor as Forças Armadas Portuguesas estacionadas no Arquipélago aos elementos da população local? de acordo, aliás, com instruções emanadas do Partido do Progresso, com o qual mantém ligações publicamente denunciadas pela imprensa portuguesa, baseada em provas ainda não refutadas.

É no quadro dessa actividade ~~revolucionária~~ ^{reaccionária} que se inscrevem os sangrentos acontecimentos dos dias 21-22-23-25 de Setembro último, na cidade do Mindelo, em coincidência, aliás, com a tomada de posse do governador Sérgio Fonseca e subsequente regresso a Cabo Verde.

Consciente de que a UDC não conseguiu sequer beliscar a sensibilidade do povo caboverdiano, o actual governador joga agora a sua última cartada apoiando um outro grupelho conhecido pelas siglas UPICV, que, em Cabo Verde, é ironicamente denominado "Partido Familiar", pois que literalmente nada mais representa do que o seu fundador, a esposa e o irmão do mesmo.

Ainda no passado dia 1 de Novembro, numa manobra fraudulenta, de que as Forças Armadas cedo se aperceberam, pretendeu o tal "Partido Familiar", com o patrocínio do governador Sérgio Fonseca e de algumas autoridades administrativas, explorar a comemoração do Dia-de-Todos-os-Santos, na ilha de Santiago, para a apresentar com uma manifestação de apoio político ao ideário da UPICV.

10. Enquanto tudo isto se passa, nem um passo foi dado no sentido do saneamento da Administração Pública, tudo levando a crer que o 25 de Abril passou ao largo do Arquipélago, transformado, assim, em último reduto do fascismo.

11. Entretanto, acentua-se a crise de autoridade e a situação económica e social deteriora-se rapidamente, aproximando-se dos limites da contenção.

É convicção generalizada - como, aliás, se concluiu das manifestações levadas a efeito ^{em} várias ilhas - que o governador Sérgio Fonseca, por inépcia e conluio com os capitalistas reaccionários caboverdeanos, permite que escasseem no mercado bens da primeira necessidade, fazendo pairar sobre a popula-

ção a ameaça da fome, ao mesmo tempo que fomenta o boato de que tal se deve ao PAIGC.

12. Estes factos são tão evidentes que saltam à vista de qualquer observador imparcial da realidade caboverdiana.

As próprias Forças Armadas Portuguesas aqui estacionadas já deram conta desta situação alarmante, como se depreende de uma recente moção aprovada pelos oficiais da Armada, em Cabo Verde, e de onde se respiga esta passagem significativa: "a falta de politização do povo caboverdeano permitiu o aparecimento de partidos arrivistas e oportunistas, e integrados? por elementos que beneficiavam da situação anterior ao 25 de Abril, só possível pela ausência de modificação da estrutura politico-económica. Por outro lado, surgiu um enorme e desorganizado movimento de simpatizantes do PAIGC que pouco a pouco tem sido absorvido pelo próprio PAIGC, em virtude de a sua ideologia e organização virem ao encontro das profundas aspirações do povo caboverdeano. O atraso no saneamento e na instituição de facto da democracia neste Arquipélago vem permitindo o aproveitamento de simpatizantes menos politizados do PAIGC por forças fascistas de molde a provocar conflitos e confrontações que só a essas forças interessam".

Síntese honesta e ísenta da situação em Cabo Verde.

13. Tudo quanto fica dito vem a propósito para se salientar a necessidade de imediato saneamento do governador Sérgio Fonseca, sem o que não poderá iniciar-se o processo de descolonização de Cabo Verde.

14. O governo Português como executor do programa MFA, não assumirá, de certo, a responsabilidade da autoria moral dos factos relatados e, portanto, estes terão necessariamente de ser atribuídos ao governador Sérgio Fonseca, que os praticou, ou autorizou que fossem praticados, ou ainda deles não deu exacto conhecimento ao governo português, transformando-se, assim, por acção ou por omissão, em autor desses mesmos actos.

15. Mas, deste passo, cai o governador Sérgio Fonseca automaticamente na situação prevista na alínea a), nº1, artº5º do decreto-lei nº277/74, por "revelar comportamento contrário a ordem democrática estabelecida pelo 25 de Abril".

E, se assim se não entendesse, então seria forçoso enquadrá-lo na previsão da alínea c) do mesmo preceito legal "por ser portador de ideologia anti-democrá-

tica e estar colocado em situação de poder interferir na tomada ou preparação de decisões, ou ainda comprometer a execução destas", tendo em vista as normas interpretativas emanadas do Conselho de Ministros.

16. Em ambas as hipóteses, o imediato saneamento do eng. Sérgio Fonseca é um acto de justiça exigido pelo decreto-lei nº277/74, pelo acordo de Argel, que integra a lei constitucional portuguesa, pelas resoluções da ONU relativas a descolonização e pela própria Moral Internacional.